Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região CUT

www.spbancarios.com.br

CNPJ 61.651.675/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores(as) bancários(as) associados(as)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano. O período de 2012 entrou para a história como um ano de conquistas.

Durante todo o ano houve uma campanha do Sindicato, governo e sociedade pela redução das taxas de juros e spreads cobrados pelos bancos. Em janeiro, uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste apontou que só os juros de financiamento por meio de cartão de crédito – o chamado crédito rotativo – cobrava em média 237,9% ao ano, cinco vezes mais que a Argentina, por exemplo. O spread geral da economia brasileira caiu 3,6 pontos percentuais (p.p.), entre março de 2012 e março de 2013, passando de 15,3 p.p. para 11,7 p.p. O Sindicato apoia as medidas para baixar o spread bancário no país e ampliar a concessão do crédito, medidas fundamentais para o crescimento do país, já que o orçamento das famílias e empresas ficará menos comprometido com o pagamento de dívidas e haverá mais recursos para investimentos produtivos e consumo de bens e serviços.

Em março, o Sindicato e o Idec (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor) uniram-se em campanha, no Dia Mundial do Consumidor, com o objetivo de cobrar dos bancos a assinatura de uma carta com princípios de responsabilidade na venda de produtos financeiros e promoção de um assessoramento justo e transparente aos consumidores, além de promover ambiente de trabalho saudável aos seus funcionários. Também participaram dirigentes dos organismos internacionais como Consumers International e UNI Finanças Sindicato Global. Houve também o lançamento de uma cartilha que orienta os consumidores sobre os prós e contras dos principais produtos oferecidos pelas instituições financeiras.

Outro marco para a categoria foi a eleição do primeiro bancário à presidência da CUT, a maior central sindical do Brasil e da América Latina, após 29 anos de história. Em julho, Vagner Freitas foi eleito no 11º Congresso Nacional, com mais de 90,5% dos votos de um total de 2.322 delegados. Desde 1983, passaram pela presidência da CUT o metalúrgico Jair Meneguelli (1986 a 1993); o também metalúrgico Vicente Paulo, o Vicentinho (1994 a 1999); o professor João Felício (2000-2003/2005-2006); o metalúrgico Luiz Marinho (2003-2005); e o eletricitário Artur Henrique (2006-2012).

Também em julho, os bancários de São Paulo, Osasco e região honraram seu espaço democrático de participação na Campanha Nacional 2012, que bateu o recorde de respostas à consulta sobre as prioridades para a pauta de reivindicação: 12.286 trabalhadores retornaram. Cerca de 50% mais que no ano anterior. O aumento real de salários apareceu em primeiro lugar dentre as prioridades da categoria, com 76%. Em seguida, 75% reivindicaram vales alimentação e refeição maiores. Discutir as metas, com 72%, e o combate ao assédio moral, 67%, configuraram a urgente necessidade de melhorar as condições de trabalho. Além dessas, 30% dos trabalhadores cobraram mais contratações.

O Sindicato deu início à Campanha Nacional unificada, com o tema "Chega de truque, banqueiro!", denunciando os truques dos bancos à sociedade. A pauta de reivindicações foi entregue à Fenaban com uma semana de antecedência em relação aos anos anteriores.

Após mobilização dos bancários, com nove dias de greve, foi assinada a 21ª Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com avanços para a categoria. Tivemos o maior aumento real não escalonado das campanhas salariais dos bancários desde 1996. Isso só foi possível com uma categoria unida e combativa. O índice de reajuste aprovado foi de 7,5% (salários) e 8,5% (pisos e vales), com aumento real de 2% e 2,95%, respectivamente. A regra básica da Participação nos Lucros e Resultados foi de 90% do salário mais valor fixo de R$ 1.540. No total, o que a mobilização dos trabalhadores conseguiu arrancar dos bancos significa incremento anual de cerca de R$ 7,6 bilhões para o mercado interno brasileiro. Esse montante leva em conta o reajuste de 7,5% nos salários, de 8,5% nos vales refeição e alimentação, além da PLR.

Além dos avanços econômicos, destacaram-se as conquistas sociais. Como a renovação do instrumento de combate ao assédio moral; os bancários afastados por problemas de saúde, que ficavam sem o salário e sem o benefício do INSS enquanto aguardam a perícia do órgão ou devido à alta programada, tiveram sua remuneração mantida pelo banco. Também foi conquistada a implementação de projeto piloto de segurança em cidades do Recife, com a instalação de portas com detectores de metal e biombos de proteção entre os caixas e entre os caixas e as filas, garantindo a privacidade dos clientes. E ainda conquistamos o compromisso com a Fenaban de realizar um novo censo da categoria, com o objetivo de averiguar as condições de mulheres, negros e pessoas com deficiência nas empresas. O planejamento, preparação e sensibilização dos trabalhadores para a aplicação da pesquisa iniciará em 2013 e o resultado será apresentado em 2014.

Nos bancos públicos também houve avanços significativos durante a Campanha Nacional.

Entre as conquistas dos trabalhadores da Caixa está a ampliação do quadro de empregados, que chegou a mais de 92 mil funcionários em dezembro de 2012 e deve chegar a 99 mil até dezembro de 2013. O piso salarial após 90 dias passou para R$ 1.963, com aumento real de 2%. E a Participação nos Lucros e Resultados dos empregados foi composta pelo acordo da categoria com a Fenaban (regra básica e valor adicional) e a PLR social, que corresponde à distribuição de 4% do lucro líquido entre os empregados e foi conquistada como retorno à atuação dos bancários da Caixa nos programas de governo, como Minha Casa Minha Vida e distribuição de benefícios sociais.

Outras conquistas para os trabalhadores da Caixa foram: o custeio de despesas de 50 medicamentos pelo SUS, cujos percentuais de reembolso passaram para 50%, 80% e 100%, de acordo com a patologia indicada no relatório médico; a ampliação em 3.230 bolsas para todos os empregados acima de 91 dias de trabalho; a alteração de um para dois dias por ano a licença para internação hospitalar por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, filho, pai ou mãe. A adoção ou guarda judicial a licença remunerada de 180 dias à adotante, além da exclusão do limite de idade de 12 anos do adotado. E a redução das horas de treinamento para promoção por mérito de 100 para 70 horas.

Desde o começo do ano, o Sindicato atuou e os empregados aposentados da Caixa Federal conseguiram o direito de discutir com a direção da instituição financeira as questões relativas ao vale-alimentação. Desde 1º de março foi instalada a Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) específica para discutir a verba retirada desses trabalhadores de forma unilateral em 1995.

Com as medidas que baixaram as taxas de juros e implementaram novos programas de renegociação de dívidas, a Caixa Federal anunciou mudança em seu horário de atendimento em agências, do dia 23 de abril até 11 de maio, o que atingiu diretamente os empregados. O Sindicato reagiu e reivindicou que qualquer alteração na jornada de trabalho dos bancários deve ser comunicada previamente, para que os trabalhadores possam se programar.

A atuação do Sindicato também garantiu o direito dos bancários. Em 12 de maio, sábado, dirigentes sindicais estiveram ao lado dos empregados convocados pela direção da Caixa Federal para trabalhar e não houve expediente. Liminar concedida à ação civil pública movida pela entidade garantiu que as 48 unidades que deveriam ter funcionado no sábado em São Paulo, Osasco e região permanecessem fechadas.

Outra conquista foi a retomada da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) sobre 7ª e 8ª horas de empregados da ativa e aposentados ocupantes de cargos em comissão de natureza técnica.

Para os trabalhadores do Banco do Brasil destaca-se a adesão ao instrumento de combate ao assédio moral, que consta no acordo coletivo da categoria assinado com a Fenaban. Até então, somente o BB não tinha assinado o acordo. A medida possibilita ao Sindicato acompanhar diretamente os casos de assédio moral, por meio de canal de denúncia, o que o Comitê de Ética não garantia.

Outras conquistas para os funcionários do Banco do Brasil foram: o banco manteve o modelo do acordo, garantindo que nenhum escriturário recebesse participação nos lucros e resultados menor que o valor do módulo básico da Fenaban. A PLR foi negociada mantendo a regra anterior sem vínculo do módulo bônus ao novo Sinergia, que individualiza metas; os caixas executivos passam a ser pontuados no PCR por mérito, adquirindo 0,5 ponto por dia de exercício na função, retroativo a 2006. Portanto, caixas comissionados terão adicional de mérito de R$ 104,40 a cada 1.095 pontos; os funcionários passaram a receber a primeira promoção por tempo de serviço após três meses. Outro compromisso foi o de não haver restrições nas remoções, além de os bancários deixarem de realizar entrevistas para as transferências e utilizar somente a remoção automática ou nomeação de concursados. Os comissionados não terão de abrir mão da função para concorrer à remoção automática para escriturários em outras dependências.

E ainda: os cargos de atendentes dos funcionários da Central de Atendimento (CABB) foram ajustados. Além disso, a trava para concorrência passará de 24 para 12 meses. Os atendentes A e B serão unificados com a elevação do valor de referência para R$ 2.554. E foi mantida a exigência de três avaliações negativas consecutivas para descomissionamento e demais cláusulas do ACT.

O Sindicato atuou na defesa de direitos iguais para todos, inclusive os incorporados, e municia de informações as ações judiciais que buscam o fim da discriminação promovida pelo BB contra os funcionários que vieram de bancos como a Nossa Caixa. A luta por Previ e Cassi para todos continua.

Durante a Campanha Nacional 2012, o BB marcou data para implantação do Plano de Funções e os sindicatos reivindicaram a negociação dos critérios sugeridos. Como o BB impôs o modelo, os funcionários continuam a luta para garantir melhorias.

O ano foi marcado, ainda, por uma série de protestos em agências e centros administrativos do Banco do Brasil. Além de cobrar da direção do banco o respeito à jornada, os trabalhadores reivindicaram durante todo o ano solução para problemas dos funcionários da central de atendimento (CABB) e do Serviço de Apoio ao Cliente referente ao plano de carreira e remuneração, fim do assédio moral, melhores condições de trabalho e de atendimento aos correntistas e extensão do direito à Cassi e à Previ para todos os funcionários vindos de bancos incorporados. Outra cobrança foi pelo fim das metas individuais. Um dos protestos aconteceu em maio, em frente às maiores agências das regiões norte, sul, leste e de Osasco. Com o mote "Bom pra quem?", os dirigentes sindicais questionaram que o BomPraTodos - programa do BB que reduziu taxas de produtos - está sobrecarregando ainda mais os trabalhadores.

Em resposta às questões levantadas por participantes da Previ e representantes sindicais, o Banco do Brasil divulgou comunicado aos trabalhadores para esclarecer que não tem pretensão de retirar o patrocínio do fundo de pensão dos funcionários do BB – a Previ. A resposta, veiculada no dia 22 de junho, foi uma referência à discussão sobre a nova resolução apresentada ao CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) pela Secretaria de Políticas da Previdência Complementar, que regulamentaria a retirada de patrocínio dos fundos de pensão por parte dos empregadores. A norma não diz respeito a uma empresa ou fundo específico, mas ao Sistema de Previdência Complementar como um todo.

Depois da intensa pressão do movimento sindical, os representantes do Banco do Brasil finalmente aprovaram a adesão à Resolução Normativa (RN) 254, da Agência Nacional de Saúde (ANS). O texto foi aprovado e assinado durante reunião do Conselho Deliberativo da entidade, no dia 20 de junho, em Brasília.

No mês de julho, após o Sindicato denunciar, a apostila usada pela direção do Banco do Brasil com depreciação e distorção da ação dos movimentos de esquerda durante a ditadura militar foi tirada do ar. A publicação foi usada em curso de segurança à distância. Além de publicar matéria no site, o Sindicato enviou carta à presidenta da República, Dilma Rousseff, e realizou protesto em agências no centro da cidade.

No fim do ano, mais manifestações. A suspensão unilateral de férias que já estavam programadas há meses e pressão de gestores para que bancários compensassem os dias de greve foram os motivos do repúdio dos funcionários do BB, que se manifestaram para garantir o direito de greve assegurado na Constituição Federal. Em novembro, a perseguição e pressão da direção do Banco do Brasil pela compensação dos dias paralisados por conta da greve nacional da categoria fez com que o Sindicato ingressasse com ação civil pública na Justiça, com pedido de liminar antecipada. A Justiça não concedeu a liminar, mas tratou o assunto em rito ordinário.

No Bradesco, o Sindicato cobrou melhorias urgentes nos planos de saúde e odontológico. Em abril, com o mote "Quebra o gelo, Bradesco!", o Sindicato lançou a campanha de valorização dos trabalhadores, mobilizando mais de 13 mil bancários. A mobilização levou o debate aos funcionários sobre reivindicações como o auxílio-educação, melhoria nos planos de saúde e odontológico (com inclusão dos pais); manutenção do convênio médico na aposentadoria, Treinet no horário de trabalho e sem pressão.

Após diversas reuniões durante todo o ano, o Bradesco Saúde se adequou à Resolução Normativa 254 da ANS e incluiu no atendimento aos usuários novas especialidades, entre elas psicologia, psiquiatria, fonoaudiologia e nutricionista, além de procedimentos como vasectomia. Também houve avanços nas discussões sobre a melhoria do plano odontológico.

O Bradesco recebeu a certificação SA 8000, norma internacional para empresas comprometidas com a responsabilidade social em relação ao respeito dos direitos fundamentais do trabalho de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde então, o Sindicato denuncia junto à SAI – responsável no Brasil pela SA 8000 – algumas incoerências entre o que exige a norma e a prática diária da empresa. Enquanto a norma prevê uma série de requisitos que respeitem o trabalhador e a sua liberdade de organização, no banco persistem as denúncias de assédio moral, além do bloqueio à atuação do Sindicato no local de trabalho, entre outras ações.

No Santander, as escalas de trabalho aos fins de semana e feriados, melhores condições de trabalho, pressão por metas, instalação de refeitório para funcionários, internalização dos empregados terceirizados e outras reivindicações foram discutidas e entregues para a direção do banco durante a reunião, em março, sobre o call center. O encontro foi o primeiro de quatro reuniões estabelecidas entre o Sindicato e o banco. Também, por forte pressão do movimento sindical e pelas vias jurídicas, foi estabelecido grupo de discussão sobre a eleição para a direção do SantanderPrevi.

Em junho, após solicitação do Sindicato, houve encontro com o então presidente do Santander Brasil, Marcial Portela. O Sindicato cobrou manutenção dos empregos e direitos dos bancários diante das notícias, que ganharam projeção nacional, sobre uma possível venda do Santander no Brasil devido ao agravamento da crise financeira internacional, em especial na Espanha.

No mês de junho, o envolvimento dos trabalhadores nas manifestações ao longo dos anos e a firmeza dos dirigentes sindicais nas negociações fizeram a diferença para que o Santander Brasil apresentasse proposta para a renovação do acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho. Entre as conquistas estão a ampliação das bolsas de estudos, de 2.300 para 2.500, e o aumento do valor do Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS), que passa de R$ 1.500 para R$ 1.600 sem descontar da PLR da categoria. O crédito do PPRS ocorreu com o da PLR, após o encerramento da Campanha 2012. Nas cláusulas sociais, quem utilizar a licença não remunerada de até 30 dias por ano passa a receber os vales refeição e alimentação. Além disso, foi retirada a vinculação do período de licença-adoção em função da idade do adotado, e os adotantes podem optar entre 120 ou 180 dias. Outro avanço foi a inclusão de nova cláusula que garante igualdade de oportunidades a todos os trabalhadores da empresa, inclusive às pessoas com deficiência. Também foi assinada a histórica declaração conjunta pela venda responsável de produtos, que torna o Brasil o primeiro país da América Latina com o qual o Santander estabeleceu esse compromisso, similar ao assinado com países da Comunidade Europeia.

No fim do ano, denúncias davam conta de demissão de 5 mil bancários no Santander, estancadas graças à ação do Sindicato. O banco promoveu 440 dispensas em São Paulo, Osasco e região em três dias de dezembro e o Sindicato entrou com ação trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), conquistando liminar que suspendeu todas as demissões sem justa causa no mês. Um acordo entre as partes foi homologado pelo TRT, deixando de existir as benesses da liminar concedida. A direção do Sindicato e do banco espanhol também assinaram acordo judicial no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com indenizações aos trabalhadores demitidos sem justa causa que tinham menos de 10 anos de empresa. Esse acordo foi construído após quatro audiências e três reuniões de conciliação, intermediadas pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TRT. Os casos previstos no documento são os de funcionários demitidos que estavam na estabilidade pré-aposentadoria; os desligados que estavam há seis meses de entrar na estabilidade pré-aposentadoria; e os que têm HIV, câncer ou lúpus.

O Sindicato também promoveu ações junto à Previc (Secretaria Nacional de Previdencia Complementar) e à direção do Banesprev (o fundo de previdência dos banespianos) para resolver o déficit apresentado no Plano 2.

O ano de 2012 ficou marcado pela mobilização do Sindicato pelo fim das demissões no banco Itaú. Após essa pressão, a direção da instituição disponibilizou 200 vagas para a rede Uniclass e em várias outras diretorias. Depois do anúncio do fim do departamento Itaú Negócios EMP4, localizado no Centro Administrativo Itaú Unibanco (CAU), na zona oeste, e no prédio da Barão de Itapetininga, no centro novo, o Sindicato promoveu, em janeiro, paralisação com o objetivo de garantir que todos os bancários tivessem oportunidade de se realocar para outros setores dentro do banco. Em negociação, a direção do Itaú garantiu que todos os empregados seriam realocados, mas isso não ocorreu. O Sindicato, então, intensificou protestos e paralisações para cobrar as realocações, o fim das demissões e do horário estendido. Também para exigir o pagamento correto do Agir e demais programas próprios de remuneração e melhoria na qualidade do plano de saúde.

Em março, Sindicato e funcionários da instituição financeira iniciaram uma série de manifestações para pressionar a direção do Itaú e denunciar a situação no banco aos clientes e à sociedade. Em maio, um spot de rádio veiculado na CBN, intensificou a campanha contra a política de desligamentos implementada pelo banco "Itaú feito para demitir".

Em junho, o compromisso de "reduzir o turn over" foi informado pela direção do banco em contato com o Sindicato. Um comunicado foi enviado pelo comando da instituição aos seus diretores, orientando que as dispensas devem ser freadas. Uma série de ações foi realizada para denunciar à sociedade as dispensas promovidas por um dos bancos mais lucrativos do país.

No fim do ano foi assinado acordo para o PCR (Programa Complementar de Remuneração). O valor mínimo foi de R$ 1.800 para o PCR, 5,5 mil bolsas de estudo e aprimoramento do ponto eletrônico.

Foi feita denúncia e ocorreu a primeira reunião com o Ponto de Contato Nacional (PCN) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as práticas antissindicais do Itaú e as demissões em massa.

Cobrando a não compensação dos programas próprios na PLR, não exclusão dos trabalhadores no pagamento, e regras claras e justas para o PPR, os bancários do HSBC voltaram a protestar em janeiro. Em fevereiro, em todo o país, houve protestos contra a política de desvalorização dos bancários. Os trabalhadores manifestaram-se contra o banco, que desconta da PLR os programas próprios de distribuição do lucro: PPR/PSV. Em São Paulo, o Dia Nacional de Luta contou com manifestações em agências de todas as regiões da capital e ainda no Tower, concentração que abriga a diretoria do banco inglês no Brasil. No dia 8 de maio, o presidente do HSBC, André Brandão, afirmou que o banco não sairia do Brasil e que ele estava 100% comprometido em melhorar as condições dos seus funcionários. As manifestações continuaram durante todo o ano. Em 14 de junho, Dia Nacional de Luta, os dirigentes sindicais distribuíram carta aberta aos clientes da instituição financeira, pedindo apoio ao movimento.

No Safra, o Sindicato conseguiu, depois de intensas negociações e cobranças, o compromisso de colocar porta de segurança em todas as unidades. Também depois de negociação entre o Sindicato e o Safra ficou acordado que os funcionários do banco iriam ter acréscimo de 20% no valor do adicional da PLR. Dessa forma, os funcionários receberam R$ 3.696 em vez dos R$ 3.080 estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho. Na reunião foi acertado também que a partir de 2013 o pagamento da PLR da categoria, que ocorria antes do fechamento da campanha nacional, acompanhará a data estabelecida na convenção que, neste ano, determinou o crédito dez dias após a assinatura do acordo com a federação dos bancos (Fenaban). O Sindicato também conquistou 180 bolsas de estudo para graduação. Houve ainda mudanças na concessão do crédito consignado aos trabalhadores, com aumento para 36 meses do prazo de pagamento, respeitando as regras já existentes.

OUTROS BANCOS – O Sindicato reivindicou, junto ao Banco Central e ao Fundo Garantidor de Crédito, a garantia dos direitos dos trabalhadores desligados dos bancos Cruzeiro do Sul e BVA, que sofreram intervenção em 2012.

Também foram realizadas várias negociações pelas quais foram firmados 31 acordos de progra-

mas próprios para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, adicionais a PLR da CCT, estabelecendo pisos e tetos, bem como, garantindo uma maior uniformidade na distribuição dos valores, garantia de pagamento proporcional àqueles que ingressaram e se desligaram durante o exercício, independente da forma, bem como, foram observados para que não houvesse uma substituição do salário pela remuneração variável.

Também foram feitos e renovados acordos de inclusão dessas instituições financeiras no programa de prevenção de conflitos e combate ao assédio moral, bem como, para garantir a licença-maternidade por seis meses.

PLR SEM IR – Outra importante vitória da classe trabalhadora foi conquistada em dezembro de 2012. Após mais de um ano de negociação entre os trabalhadores e o governo, o Palácio do Planalto anunciou em dezembro a isenção do imposto de renda na Participação nos Lucros e Resultados. Os bancários saíram às ruas durante o ano – na Avenida Paulista, centro da cidade, no ABC, em Brasília – reivindicando a isenção. Na época, um abaixo-assinado com mais de duzentas e vinte mil assinaturas foi entregue ao governo. O deputado Federal Ricardo Berzoini apresentou projeto de sua autoria na Câmara, o PL 2581/2011, propondo a isenção da cobrança. A campanha também foi lançada por metalúrgicos, químicos, petroleiros e eletricitários em 2011. O governo concedeu desonerar da cobrança do IR, a partir de 2013, valores de PLR de até R$ 6 mil anuais e incluiu tabela progressiva. A Medida Provisória nº 597 foi assinada pela presidenta Dilma Rousseff em 24 de dezembro de 2012 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013.

PRIMEIRO DE MAIO – Cerca de 45 mil pessoas estiveram na festa organizada pelo Sindicato dos Bancários, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores, no Grajaú, zona sul da cidade, em homenagem ao Dia do Trabalhador. Pelo quarto ano consecutivo, a entidade comemora a data oferecendo lazer, diversão e prestação de serviços gratuitos à população e shows. O IV Desafio dos Trabalhadores reuniu cerca de 1.200 pessoas para participar da competição de corrida e caminhada em Osasco.

INTERNACIONAL – Em março, o Sindicato recebeu o ativista norte-americano Stephen Lerner, um dos mentores do movimento Occupy Wall Street, para a campanha "Somos 99% contra 1%".

Diante da globalização das empresas e do trabalho, o Sindicato mantém projeto para ajudar na organização dos trabalhadores norte-americanos em torno de sindicatos.

No mês de junho, o Sindicato teve participação destacada na 25ª edição da Convenção Internacional da Seiu, organização sindical da área de serviços com mais de dois milhões de integrantes em países como Estados Unidos, Canadá, Porto Rico.

O Acordo Marco Global foi tema de debates entre representantes dos trabalhadores do HSBC, Santander, Itaú e Banco do Brasil que participaram da 8ª Reunião Conjunta das Redes Sindicais dos Bancos Internacionais, promovida pela UNI Américas Finanças. O evento ocorreu entre 23 e 26 de julho, no Uruguai, e, além deste país e do Brasil, reuniu dirigentes da Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Colômbia, México, Costa Rica e Espanha. O Banco do Brasil ainda é a única instituição financeira nacional a firmar Acordo Marco Global com a UNI.

O Sindicato participou, ainda, de debate sobre terceirização promovido pela UNI – destacando a posição do movimento sindical da América Latina contra a precarização do trabalho –, da 4ª Conferência de Mulheres da UNI Américas, e do Fórum de Comunicação da UNI.

COOPERATIVAS – A convenção coletiva de trabalho dos funcionários de cooperativas foi renovada para o período 2012/2014 e prevê reajuste de 8% sobre todas as verbas de natureza econômica e 10% sobre a participação nas sobras. O índice de reajuste vale por um ano, e será negociado novamente em 2013. Já as cláusulas sociais terão vigência de dois anos.

FINANCIÁRIOS – O reajuste assegurado nos salários foi de 6,96%, representando 2% de aumento real. Para piso e verbas, 7,96%, 2,96% acima da inflação. A PLR dos financiários foi de 90% do salário mais R$ 1.760. O auxílio-refeição passou dos atuais R$ 20,38 ao dia para R$ 22 ao dia; o auxílio-alimentação de R$ 321,46 para R$ 347,05 ao mês (mesmo valor para a 13ª cesta-alimentação). Já a parte fixa da PLR passou de R$ 1.600 para R$ 1.760, e o teto para a distribuição vai de R$ 7.998,50 para R$ 8.555,20. A primeira parcela da PLR (60% da parte fixa que corresponde a R$ 1.056) foi paga dez dias após a assinatura do acordo.

Desde 2011, e assim novamente no ano passado, o Sindicato luta pela valorização do piso dos financiários para impedir que se distancie do valor pago aos bancários.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES – Em março, um levantamento apresentado pela federação dos bancos sobre o número de bancárias que optaram pela licença-maternidade de seis meses mostra o acerto do movimento sindical, com avanços concretos. Segundo a Fenaban, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, mais de 90% das bancárias grávidas no Brasil optaram por ficar mais dias com seus filhos. Os números foram debatidos durante a primeira mesa temática de igualdade de oportunidades de 2012, que contou com a participação de representantes dos trabalhadores e dos bancos.

Em comemoração ao Mês da Mulher, o Sindicato promoveu seminário e lançou cartilha sobre relações compartilhadas. O Bloco dos Bancários saiu às ruas em sua quarta edição, com homenagem aos temas "Relações Compartilhadas", "Não à violência de Gênero", "Igualdade de Remuneração", "Ampliação da Licença-Paternidade" e "Participação Política e Poder". O bloco, que tomou as ruas do centro velho de São Paulo, homenageou mulheres que tiveram e têm papel fundamental na sociedade brasileira, como Zilda Arns, Maria da Penha, Elis Regina, Margarida Alves, Léia Abramo, Dilma Roussef, Pagu e Marta Suplicy, entre outras personagens.

COMBATE AO RACISMO – Representantes do Sindicato, em parceria com entidades dos movimentos sociais e personalidades políticas e artísticas participaram da 16ª Marcha Noturna pela Democracia Racial, com o tema "Racismo é Crime". Os bancários também se uniram, pelo quarto ano consecutivo, para cobrar da sociedade a inclusão do negro nos diversos espaços como na mídia, na educação, no mercado de trabalho e também em todas as esferas do poder.

Em novembro, um cortejo pelas ruas do centro velho de São Paulo marcou o mês da consciência negra. Os homenageados foram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas políticas de inclusão social, o deputado federal Abdias do Nascimento, que faleceu em maio de 2011 e que se dedicou à causa dos negros, e o orixá Xangô, pai da política e da justiça. Essa homenagem sempre busca a valorização das entidades da cultura afro.

SAÚDE – No início do ano, os bancários reeditaram a campanha "Menos Metas, Mais saúde", com o objetivo de intensificar o diálogo junto aos bancários sobre as metas abusivas, assédio moral, avaliações por desempenho e venda desmedida de produtos, que resultam em doenças e afastamento do trabalho.

Em julho, o movimento sindical avançou em relação a um dos principais pontos da pauta sobre a saúde dos bancários: a avaliação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Em mesa temática sobre saúde com a federação dos bancos (Fenaban), foi debatida a elaboração de formulário conjunto entre empregados e empregadores para ser utilizado na realização de exames. O objetivo dos dirigentes sindicais é a prevenção a doenças e acidentes do trabalho, com a promoção da saúde e acompanhamento dos casos.

Em 2012, os bancários tiveram conquistas históricas, com a inclusão das novas cláusulas 45ª, 46ª e 59ª na Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013. A 45ª cláusula, relativa a afastamentos por doença superiores a 15 dias, determina que é o banco quem deve requerer o benefício do INSS ao empregado afastado, e isso até o 30º dia do afastamento. A empresa só deixa de ser obrigada a fazê-lo se o empregado comprovar que já requereu o benefício ou se ele manifestar ao banco, por escrito, a intenção de pedir ele próprio o auxílio. Além disso, a cláusula prevê, pela primeira vez, que a entrega do atestado médico pelo bancário seja protocolada. A cláusula seguinte assegura ao empregado afastado por mais de 15 dias, que comprove já ter requerido o benefício ao INSS, a entrega, pelo banco, da Declaração do Último Dia Trabalhado (DUT). A 46ª determina que o empregado deve comprovar ao banco, até sete dias úteis antes da perícia, ter requerido o benefício ao INSS. Por outro lado, o banco tem até dois dias úteis antes da perícia para entregar a DUT ao bancário. Os trabalhadores também deram passo importante com a 59ª cláusula da CCT. Ela estabelece que o banco providencie adiantamento salarial ao trabalhador afastado que acaba ficando sem receber o benefício do INSS.

Em novembro, o acordo que visa coibir o assédio moral no local de trabalho foi renovado. Os principais bancos do país assinaram esse Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho: Itaú, Bradesco, Caixa, Santander, HSBC, Safra, BIC, Votorantim, Citibank e, pela primeira vez, o Banco do Brasil. Desde a criação do instrumento, o Sindicato recebeu 860 denúncias. Desse total, 602 foram resolvidas com ações sindicais (reuniões no local de trabalho ou protestos). Outras 224 foram enviadas ao banco pelo instrumento de combate ao assédio moral e 181 foram resolvidas. Além disso, há vários casos de bancários demitidos e que foram reintegrados devido ao programa.

SEGURANÇA – Motivado pelo anúncio da retirada das portas de segurança em agências bancárias, em instituições como Itaú e Bradesco, o Sindicato iniciou processo de mobilização pela reinstalação desse importante item de segurança. Foram feitos diversos atos em instituições financeiras e junto ao governo. Em março, o Sindicato esteve em audiência com o presidente da Câmara de Vereadores de Osasco, Aluísio da Silva Pinheiro. Em abril esteve com o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Police Neto.

A importância das portas de segurança nas agências bancárias também levou mais de uma centena de trabalhadores à Câmara Municipal de São Paulo, no mês de junho, para uma audiência pública, reivindicada pelo Sindicato em abril e agendada pelo vereador Francisco Chagas (PT).

No mês de abril, o banco Safra atendeu à exigência dos trabalhadores e instalou as portas de segurança em todas as unidades. Em julho, o Itaú anunciou que todas as agências em reforma manteriam as portas de segurança. O compromisso foi assumido em negociação entre dirigentes sindicais e o diretor de segurança do banco.

O Comando Nacional dos Bancários reuniu-se em novembro com a Fenaban para discutir o projeto piloto de segurança bancária, uma das conquistas da Campanha Nacional dos Bancários 2012. Os bancos indicaram as cidades de Recife, Olinda e Jaboatão, em Pernambuco, para a implantação. O objetivo é cruzar estatísticas que mostrem a importância de ações defendidas pela categoria. Dentre elas, a implantação de equipamentos como porta de segurança com detectores de metais antes do autoatendimento; câmeras internas e externas com monitoramento em tempo real fora do local controlado; vidros blindados nas janelas e fachadas externas; biombos entre a fila de espera e a bateria de caixas; divisórias opacas entre os caixas eletrônicos. O processo de implantação ficará a cargo de um grupo bipartite, com representantes dos trabalhadores e das instituições financeiras. As medidas, posteriormente, serão implantadas no Brasil inteiro.

TERCEIRIZAÇÃO – O Sindicato manteve-se ativo no combate à terceirização, tanto na mobilização junto à categoria, quanto nas negociações com a Fenaban e por meio das mesas temáticas.

Durante todo o ano, a entidade participou do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, que teve como objetivo articular as entidades na luta contra o substitutivo ao projeto de lei do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Os bancários coletaram assinaturas para o manifesto contrário ao projeto.

As ameaças desse modelo também foram debatidas pelo Sindicato durante o Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, realizado no mês de abril pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp.

Em agosto, o Sindicato participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), com o tema "Precarização do Trabalho: Desafios e Perspectiva". A audiência foi iniciativa do deputado estadual (PT) Luiz Claudio Marcolino, com o apoio do Fórum Permanente de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

As mesas temáticas sobre terceirização terminaram, mais uma vez, em impasse. Em março, a federação dos bancos voltou a apresentar a mesma proposta do debate anterior, em junho de 2011, que já tinha sido considerada insuficiente pelo Sindicato. A Fenaban sugeriu a reversão da terceirização apenas para um tipo de funcionário do setor de teleatendimento, aqueles que trabalham com atividades receptivas nas quais são acessadas diretamente a conta corrente do cliente em operações conclusivas.

O ano de 2012 foi intenso em atividades promovidas pelo Sindicato também em questões específicas por bancos.

COMUNICAÇÃO – O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos veículos de comunicação de qualidade, como a Folha Bancária, Folha Bancária Resumo, Folha em Braille e o Guia de Convênios. Foi um ano de mudanças para melhor atender às expectativas da categoria. No mês de janeiro, o Sindicato colocou no ar seu novo site, com visual renovado para facilitar a navegação - aumentou o número de chamadas, o menu de navegação foi reformulado, foi criada uma coluna com os ícones mais procurados pelos internautas, como as galerias de fotos e vídeos. Em 2012 foram mais de 7,5 milhões de visitas em busca de notícias, informações e consultas – e de enviar torpedos para dar mais agilidade à comunicação.

O Momento Bancário em Debate completou dois anos e ganhou um novo formato. A cada ano, a proximidade do Sindicato com o bancário se fortalece. Pelo MB em Debate passaram dirigentes sindicais, especialistas e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, em uma série de temas de interesse da categoria, como saúde, previdência, segurança e cidadania.

No mês de junho, a Folha Bancária também passou por reformulação. Com novo cabeçalho e previsão do tempo para o período de circulação da FB. Para facilitar a leitura, as letras são um pouco maiores e as páginas internas têm nova conformação: mais matérias, dispostas de maneira dinâmica. A coluna do Programe-se na página quatro também mudou, para receber fotos dos serviços e empresas conveniados ao Sindicato, que proporcionam descontos aos associados. A famosa charge do Baraldi, que há 20 anos ilustra a FB e a história das lutas dos bancários, ganhou novo espaço.

No Twitter, passamos dos 6 mil seguidores e já são mais de 20 mil e-mails cadastrados para o recebimento do boletim eletrônico, enviado diariamente para o e-mail do bancário. Nele, são enviadas notícias sobre o dia a dia da categoria e do mundo do trabalho, serviços, convênios, campeonatos e cidadania.

Questões que impactam na qualidade de vida dos trabalhadores foram abordadas em uma série de matérias especiais lançada pelo Sindicato e veiculada na Folha Bancária e no site.

O projeto de expansão de uma rede de comunicação popular, democrática e com a participação da sociedade teve um marco em 28 de agosto, quando também foi comemorado o aniversário de 29 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores: o lançamento da Rádio Brasil Atual FM 24 horas no ar. Sob a frequência 98,9 FM em São Paulo, 93,3 FM no litoral paulista e 102,7 FM no noroeste paulista, e alcance estimado em 22 milhões de pessoas, a Brasil Atual se consolida como importante contraponto aos grandes veículos de comunicação. O projeto é parceria entre os sindicatos dos Bancários de São Paulo e dos Metalúrgicos do ABC. A Rádio Brasil Atual FM representa a consolidação da rede de informação popular feita por trabalhadores, para trabalhadores e que conta, ainda, com a Revista do Brasil, os jornais Brasil Atual e o portal da Rede Brasil Atual na internet.

CENSURA – A Folha Bancária foi censurada no mês de outubro, após reportagem que comparava as propostas dos principais candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo. A censura teve origem em pedido da coligação do candidato José Serra (Avança São Paulo – PSDB, PSD, DEM, PV e PR) que solicitou o recolhimento dos exemplares da Folha Bancária, além da retirada da versão online do site. A edição número 5.592 trazia na última página reportagem que analisava as propostas e trazia o histórico dos candidatos que lideram a pesquisa à prefeitura de São Paulo: Russomano, Serra e Haddad. Também declarava o apoio da maioria da direção executiva da entidade a Fernando Haddad (PT), o único a receber e se comprometer com a Agenda da Classe Trabalhadora. O Sindicato fez uma edição especial da Folha Bancária trazendo a última página censurada. E recebeu uma série de manifestações de apoio e solidariedade de diversas entidades diante da censura.

CULTURA E CIDADANIA – O Sindicato ampliou o projeto CINEB em parceria com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional à população carente de São Paulo, Osasco e região. Desde que foi criado em 2007, foram exibidos 61 longas e 40 curtas metragens para um público de mais de 34 mil pessoas em 267 sessões, realizadas em 113 locais. Somente em 2012, foram 4.270 pessoas em 45 apresentações. O projeto chega às comunidades com toda a estrutura de telão, cadeiras e até carrinhos de pipoca, levando muitas vezes os diretores dos filmes para um bate-papo com o público, ao final da exibição.

O sucesso dos cinco anos de parceira foi comemorado com o Prêmio CINEB, que homenageou profissionais do cinema nacional e representantes das comunidades que participaram nos últimos anos. Em noite de festa, atores e atrizes, cineastas e representantes de comunidades participaram da terceira edição do Prêmio CINEB do Cinema Brasileiro. A premiação foi apresentada pelas atrizes Lucélia Santos e Gorete Milagres e homenageou os melhores longas e curtas metragens exibidos e a todas as comunidades que receberam o projeto ao longo de 2011. Além dos diretores, receberam os troféus todas as 24 entidades e sete universidades que foram parceiras nas exibições e possibilitaram que milhares de espectadores participassem do projeto, nas diversas regiões de São Paulo, Osasco e região. Houve o lançamento de mais dois DVDs do Selo CINEB, que são coletâneas dos curtas exibidos pelo projeto.

Em 2012, foram exibidas pré-estreias de filmes, como o documentário Raul – o início, o fim e o meio, em março. Os convidados ainda tiveram contato com o produtor e idealizador do documentário, Denis Feijão, e com o co-diretor e roteirista, Leonardo Gudel.

O Sindicato manteve sua luta em respeito à diversidade e apoiou a Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo, que esteve em sua 16ª edição e reuniu milhares de manifestantes na Avenida Paulista. O ato, em junho, fechou os eventos organizados pela Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (Apoglbt) em torno do lema Homofobia tem cura: educação e criminalização! Os bancários marcaram presença ao lado da CUT/SP. Nesta 16ª edição, os representantes dos trabalhadores distribuíram a Cartilha LGBT Conhecer, entender e respeitar, sim... discriminar, não.

Também em 2012, o Sindicato participou do Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia, com o mote "Eu respeito você, e você?". A ação aconteceu na Praça do Patriarca e foi promovida pelo Núcleo LGBT da entidade.

E o projeto Fundação Travessia manteve seu trabalho de resgate da cidadania de crianças e adolescentes em situação de risco em São Paulo. Em janeiro, o Travessia comemorou a renovação de convênio, por dois anos, com a Petrobras para dar continuidade ao trabalho realizado desde sua criação. Braço social do Sindicato, o projeto desenvolve, há 16 anos, o Programa de Educação na Rua (PER) e já atendeu mais de 13 mil crianças e adolescentes.

Em setembro, o então candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, visitou a sede do Travessia, na região central da capital, e falou de um Sistema Único de Assistência Social, em parceria com o governo federal.

E a parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2012, a cooperativa recebeu 1.796 pedidos de empréstimos, que totalizaram, ao final do ano, 3.734 financiamentos aos bancários que precisaram. O empreendimento reúne 4.595 cooperados, que encontram na Bancredi uma forma de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.

ESPORTE E LAZER – O número de bancárias e bancários envolvidos nas atividades esportivas promovidas pelo Sindicato aumentou em 2012, chegando a 3.700. E para atender o interesse dos trabalhadores em atividades de pesca esportiva, a entidade sindical promove uma equipe de pesca, a Sindban, formada pelos melhores colocados nos torneios da casa, que participa de um campeonato anual.

Assistiu também os bancários que participaram da São Silvestre. Disponibilizou ainda 700 vagas, com inscrições gratuitas, para sindicalizados participarem do IV Desafio dos Trabalhadores, dentro do Circuito Osasco de Corrida de Rua e da Corrida Centro Histórico em São Paulo, na qual premiou os bancários mais bem colocados. Aumentaram as participações também nas tradicionais competições organizadas pelo Sindicato: campeonato society em Osasco e São Paulo; torneio de truco para todos os associados, além da Taça Bancária de Futsal, que contou com grande participação feminina que contou com oito equipes nesta modalidade.

A categoria comemorou o Dia do Bancário com uma grande festa na Quadra dos Bancários. Já a tradicional Festa do Chope bateu recorde de público, com a presença de mais de três mil pessoas que se animaram ao som da Tom Maior. Na Festa do Chope de Osasco, mais de 1.500 convidados prestigiaram a iniciativa. Além dos bancários, a festa homenageou Dedé Passos – cantor que morreu em junho e fez parte de muitas manifestações dos trabalhadores – e o dirigente sindical bancário Manoel Castaño Blanco, o Manolo.

ASSESSORIA JURÍDICA – O ano de 2012 foi de muita luta também na esfera jurídica para o Sindicato. Nesse período, a entidade orientou diversas ações em defesa dos trabalhadores que se sentiram lesados pelos empregadores, inclusive terceirizados. Em 2012, o departamento jurídico atendeu 6.388 trabalhadores. Desse total, 3.512 (sendo 1.680 do banco Itaú Unibanco, 414 do Santander e 1.418 da CEF), se utilizaram das Comissões de Conciliação Voluntária (CCVs), que reúnem representantes dos empregados e dos bancos na busca de solução dos conflitos trabalhistas, sem precisar acionar a Justiça.

Outros 2.876 trabalhadores foram recebidos pelos advogados. Desse atendimento, resultaram 753 reclamações trabalhistas individuais (crescimento de 16,93%, em relação a 2011), 142 processos previdenciários e 93 ações coletivas.

DIREITOS RECUPERADOS – Em 2012, os trabalhadores recuperaram cerca de R$ 81,6 milhões, decorrentes de 2.082 ações judicias e extrajudiciais, que vieram a beneficiar um total de 2.237 pessoas. O montante é resultado de ações individuais, coletivas e de procedimentos extrajudiciais via CCV. Foi uma ação coletiva do banco Banorte S/A, que beneficiou 156 bancários, 429 ações individuais e 1.652 CCVs para trabalhadores do Itau Unibanco, Itaucard, Santander, Aymoré e Banco do Brasil. Houve ainda o acompanhamento do Sindicato junto aos 1.034 acordos firmados através da CCV da Caixa Econômica Federal.

Recuperação de Direitos dos Bancários

Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ações Coletivas	1	5	156	1.622	850.750	4.870.203
Ações Plúrimas	0	0	0	0	0,00	0,00
Ações Individuais	429	373	429	373	30.622.776	26.378.341
CCV	1.652	1.212	1.652	1.212	50.137.776	34.816.551
Total Global	2.082	1.590	2.237	3.207	81.611.303	66.065.096

2. Agregando valor à comunidade

a) [1] Responsabilidades Sociais do Sindicato

Responsabilidades Sociais do Sindicato	2012			2011		
1. BASE DE CÁLCULO			R$ mil			R$ mil
1.1 Receita Bruta – RB			82.292,10			72.376,74
1.2 Superávit Operacional –SO			2.579,39			2.862,80
1.3 Folha de Pagamento – FP			16.115,42			15.084,73
2. INDICADORES LABORAIS	R$ mil	%FP	%RB	R$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	2.195,96	13,63	2,67	1.923,85	12,75	2,66
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios[2]	3.594,03	22,30	4,37	3.379,88	22,41	4,67
2.1.3 Seguro de Vida	16,89	0,10	0,02	16,68	0,11	0,02
2.1.4 Convênio Médico	789,59	4,90	0,96	679,32	4,50	0,94
2.1.5 Complementação Auxílio Doença	19,35	0,12	0,024	23,66	0,16	0,033
2.1.6 Auxílio Creche	98,15	0,61	0,12	93,90	0,62	0,13
2.1.7 Vale Transporte	271,72	1,69	0,33	255,96	1,70	0,35
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	13,97	0,09	0,02	12,51	0,08	0,02
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	147,54	0,92	0,18	149,85	0,99	0,21
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	7.147,20	44,35	8,69	6.535,61	43,32	9,03
3. INDICADORES SOCIAIS	R$ mil	%SO	%RB	R$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	423,60	16,42	0,51	308,11	10,64	0,43
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	2.288,41	88,72	2,78	2.142,93	73,99	2,96
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	2.712,01	105,14	3,30	2.451,04	84,63	3,39
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4. 1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	147	92	55	129	86	43
4.1.2 Casados	105	81	24	105	86	19
4.1.3 Divorciados/Desquitados	19	8	11	15	7	8
4.1.4 Viúvos	4	2	2	4	1	3
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação e mestrado)	16	4	12	14	5	9
4.2.2 Superior (graduação)	90	56	34	81	53	28
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	127	89	38	116	87	29
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	42	34	8	42	35	7
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	41	21	20	25	15	10
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	94	66	28	89	67	22
4.3.3 Acima de 40 anos	140	96	44	139	98	41
4.4 Nº empregados no final período e por sexo	275	183	92	253	180	73
4.5 Cargos gerencias ocupados por sexo	22	11	11	20	11	9
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	18%	6%	12%	18%	6%	12%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	50%	50%	100%	55%	45%
4.6 Nº de admissões no período		72			41	
4.7 Nº de Dependentes		368			388	
4.8 Nº de Estagiários		5			4	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2012	Auxílio doença 4,73%			Acidente do trabalho 1,82%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2012 e 2011 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade				São sugeridos		
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato				Apóia, organiza e incentiva.		

1 Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica.
2 Encargos compulsórios foram considerados apenas INSS e FGTS, as demais verbas sob essa denominação entendemos tratarem-se de direitos trabalhistas.

b) Renda Gerada e Distribuída

Demonstração Do Valor Adicionado - Dva (Em Reais)	2012	2011
1. RECEITAS	79.694.372	70.089.999
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	51.664.842	46.153.772
1.2 Receitas de Serviços	22.213.092	19.519.000
1.3 Outras Receitas	6.103.319	4.563.454
1.4 Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa – (Reversão/Constituição)	-286.881	-146.227
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	52.254.794	47.188.603
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	11.713.079	7.261.509
2.2 Utilidades e Serviços	4.945.027	4.249.395
2.3 Material e Serviços de Terceiros	20.882.094	19.715.841
2.4 Despesas com Atividade Sindical	14.402.237	15.868.052
2.5 Perda de Valores Ativos	312.357	93.806
3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	27.439.578	22.901.396
4. RETENÇÕES – (DEPRECIAÇÕES)	2.460.506	2.107.712
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	24.979.071	20.793.684
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.272.611	6.551.728
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	29.251.683	27.345.412
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	29.251.683	27.345.412
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios)[3]	16.926.153	15.916.673
8.2 Filiações e Projetos Sociais	4.296.138	3.990.438
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	3.211.278	2.935.611
8.4 Financiadores	1.956.826	1.357.289
8.4.1 Juros e variações cambiais	1.654.831	1.121.038
8.4.2 Alugueis	301.996	236.251
8.5 Superávit do exercício[4]	2.861.287	3.145.401

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2012 podemos concluir que 65,57% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R$ 79,694 milhões, adquirimos recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R$ 52,255 milhões. Desse montante foram consumidos 22,42% na produção dos serviços gráficos, 39,96% em materiais e serviços de terceiros, 27,56% com despesas em atividades sindicais, 9,46% com despesas em utilidades e serviços, e 0,60% com perdas de ativos.

O valor adicionado líquido gerado como riqueza pelo Sindicato foi de R$ 29,252 milhões, representando 36,70% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 57,86% destinados aos empregados, 10,98% aos cofres públicos e, 14,69% às filiações e projetos sociais – totalizando 30,66% em relação à Receita Total que se reverteu em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral, 5,66% são para remunerar capital de terceiros– financiadores, e 9,78% para reinvestir no Sindicato.

Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados, no montante de R$ 4,775 milhões, representam 24,38% sobre a folha de pagamento bruta.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 64,83% vêm das contribuições da categoria bancária; 27,87% dos serviços gerados por suas atividades operacionais. As outras receitas (patrimonial, extraordinárias) contribuíram com 7,66%.

3 Nas despesas com pessoal R$38.975,23 foram investidos em auxílio educação em 2012 e, R$61.605,52 em 2011.
4 O superávit dos exercícios, 2012 e 2011, foram ajustados pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, (R$ 281.899,92) em 2012 e (R$282.596,36) em 2011 que ocorreram pela depreciação, pois não representa custo de capital para o Sindicato.

Desempenho Social

1. Centro de Formação Profissional – Em 2012, o Centro de Formação disponibilizou 64 turmas para 2.419 alunos. Firmou novas parcerias, com os Cuidadores de Idosos e o Projeto Travessia e novos convênios, como a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Dos 64 cursos oferecidos, três foram lançados neste ano: Francês, Fotografia e preparatórios para concursos.

2. Espaço Lélia Abramo – Espaço de entretenimento e de encontro para a categoria bancária.

3. Centro de Pesquisas 28 de Agosto – Há mais de dois anos em funcionamento na sede do Sindicato o espaço desenvolve trabalhos e artigos acadêmicos voltados ao setor financeiro e ao desenvolvimento regional sustentável. Atualmente, o centro prioriza duas linhas de pesquisa: o Banco do Futuro e Teoria da Regulação. Em março, em mais uma iniciativa para promover o pensamento crítico e a reflexão sobre a sociedade, o Sindicato e o Centro de Pesquisa 28 de Agosto convidaram a filósofa Marilena Chauí. Durante o ano, foi realizado o "III Curso Livre Marx e Engels", com a presença dos professores Emir Sader, Osvaldo Coggiola, Arlene Clemesha, Alysson Mascaro, entre outros.

4. Cedoc – O Centro de Documentação fica na sede do Sindicato e oferece biblioteca com mais de 11 mil livros, sendo boa parte títulos literários e obras que tratam de temas socioeconômicos, como sindical e trabalho. Além disso há uma hemeroteca com recortes de jornais e arquivo com mais de 140 mil fotos. O Cedoc oferece também acervo com informações das campanhas e greves da categoria e do sistema financeiro, utilizadas por pesquisadores, estudantes e bancários. A consulta é livre. Bancários sindicalizados podem fazer empréstimo.

5. Convênios – O Sindicato proporciona aos bancários uma série de descontos para lazer e cultura através de parcerias com teatros, cinemas, pousadas, agências de viagem a preços mais baixos. Só em 2012 foram disponibilizados mais de 1.300 convênios aos bancários.

6. Cultura – O Sindicato mantém a Quadra dos Bancários que, além das assembleias da categoria, sediou também eventos sociais e práticas esportivas em 2012. Pelo sexto ano consecutivo, graças à parceria com a Escola de Samba Tom Maior, cerca de cem associados desfilaram no Sambódromo do Anhembi, na ala especial para os bancários. O Sindicato disponibiliza ainda a biblioteca e o Cyber com computadores na sede da entidade, os quais estão à disposição para uso de seus associados. E, no Grêmio Recreativo Café dos Bancários, milhares de associados e convidados se divertem com as atrações musicais.

Agradecimento

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a bonita trajetória do Sindicato em 2012.

Portanto, somos muito gratos aos dirigentes membros da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nessa diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários que contribuiu com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
CNPJ 61.651.675/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em reais)

ATIVO	NE	2012	2011
CIRCULANTE		**60.445.911,49**	**60.010.809,98**
Disponível		27.041.478,75	26.351.976,65
Caixa e Bancos Conta Movimento		1.872.809,65	2.291.507,46
Aplicação Liq. Imediata	3.b	25.168.669,10	24.060.469,19
Clientes	3.c	3.433.704,90	2.881.843,83
Duplicatas a Receber		3.985.877,20	3.306.088,11
Títulos Renegociados		30.905,06	170.875,38
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(583.077,36)	(595.119,66)
Outros Créditos	3.d	27.746.248,15	28.806.697,67
Estoques	3.e	1.739.228,89	1.706.849,09
Despesas Antecipadas	3.f	485.250,80	263.442,75
NÃO CIRCULANTE		**42.431.688,09**	**35.508.649,83**
Realizável a Longo Prazo	3.g	3.824.026,69	2.787.448,27
Depósitos Judiciais		3.824.026,69	2.787.448,27
Investimentos	3.h	1.790.501,32	1.771.214,80
Imóveis (não destinado ao uso)		1.439.232,00	1.439.232,00
Quotas Capital Bancredi		314.724,57	295.438,05
Outras Investimentos		36.544,75	36.544,75
Imobilizado	3.i	36.037.131,62	31.388.602,49
Bens Imóveis		18.318.871,80	18.318.871,80
Bens Móveis		38.091.223,67	30.943.183,30
(-) Depreciação Acumulada		(20.372.963,85)	(17.873.452,61)
Intangível	3.j	780.028,46	561.384,27
Direito de Uso Software		740.606,39	524.112,20
Marcas e Patentes		39.422,07	37.272,07
TOTAL DO ATIVO		**102.877.599,58**	**96.519.459,81**

PASSIVO	NE	2012	2011
CIRCULANTE	3.km	**16.009.584,61**	**15.190.596,97**
Parcelamento de Débitos Fiscais		1.137.044,04	1.137.044,04
Fornecedores		1.836.504,31	1.738.103,02
Administração de Processos		7.437.186,72	6.669.367,57
Impostos e Taxas a Recolher		278.836,15	247.477,56
Encargos Sociais a Recolher		383.717,82	349.317,23
Contas a Pagar e Outras Obrigações		3.413.715,71	3.649.972,34
Férias e Encargos a Pagar		1.522.579,86	1.399.315,21
NÃO CIRCULANTE	3.lm	**36.415.254,87**	**33.455.489,98**
Parcelamento de Débitos Fiscais		3.099.559,38	4.236.603,42
Cauções Recebidas (parceirização)		212.381,82	196.770,94
Administração de Processos		21.460.169,90	20.650.169,90
Provisão p/ Contig. Fiscais e Judiciais		8.243.143,77	8.243.143,77
Contas a Pagar e Outras Obrigações		3.400.000,00	128.801,95
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.no	**50.452.760,10**	**47.873.372,86**
Patrimônio Social		7.054.120,55	7.054.120,55
Reserva Reavaliação		14.168.744,91	14.450.644,83
Superavit Acumulado		29.229.894,64	26.368.607,48
TOTAL DO PASSIVO		**102.877.599,58**	**96.519.459,81**

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP 179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011 (Em reais)

	2012	2011
RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA	82.292.097,94	72.376.737,12
Contribuição Social	26.988.860,41	24.170.210,83
Contribuições de Acordo Coletivo	13.233.593,37	11.427.217,08
Contribuições Processos Coletivos	110.334,00	558.850,79
Contribuição Sindical	13.610.193,47	12.081.192,02
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	440.963,43	510.556,88
Receitas Extraordinárias / Eventual	5.687.561,12	4.109.709,72
Receita de Serviços e Periódicos	22.220.592,14	19.518.999,80
Deduções das Receitas		
ISS sobre Faturamento	(283.515,20)	(199.034,81)
Devolução de Contribuições	(2.278.140,47)	(2.083.698,88)
Faturas Canceladas e Abatimentos s/ Serviços Gráficos	(7.500,00)	-
Receita das Operações Sociais Líquida	**79.722.942,27**	**70.094.003,43**
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	(18.005.669,73)	(12.921.046,65)
Superávit Bruto	**61.717.272,54**	**57.172.956,78**
Despesas (Receita) das Operações Sociais		
Despesas Administrativas	(42.142.140,22)	(39.043.023,56)
Despesas de Atividades Sindicais	(18.698.375,66)	(19.858.490,10)
Despesas de Venda de Serviços	(882.301,65)	(731.967,63)
Despesas Extraordinárias	(7.086,78)	(49.936,16)
Despesas Financeiras	(1.655.387,27)	(1.121.650,37)
Renda Patrimonial Financeira	4.247.406,28	6.494.916,00
Superávit do Exercício	**2.579.387,24**	**2.862.804,96**

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP 179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

Movimentações	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2010	**7.054.120,55**	**14.733.241,19**	**23.223.206,16**	**45.010.567,90**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Retificação de Erros				-
Realização de Reservas		(282.596,36)	282.596,36	-
Superávit Líquido do Exercício 2011			2.862.804,96	2.862.804,96
Saldos em 31/12/2011	**7.054.120,55**	**14.450.644,83**	**26.368.607,48**	**47.873.372,86**
Ajuste de Exercícios Anteriores				
Retificação de Erros				-
Realização de Reservas		(281.899,92)	281.899,92	-
Superávit Líquido do Exercício 2012			2.579.387,24	2.579.387,24
Saldos em 31/12/2012	**7.054.120,55**	**14.168.744,91**	**29.229.894,64**	**50.452.760,10**

JUVANDIA MOREIRA LEITE – Presidenta
RITA DE CÁSSIA BERLOFA – Secretária de Finanças
MAURO ALVES SILVA – Contador - CRCSP 179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Descrição	NE	2012	2011
Atividades Operacionais			
Superavit (Deficit) Liquido do Período		2.579.387,24	2.862.804,96
Depreciação e Amortização	3.i	2.724.406,22	2.390.308,50
Baixa de Imobilizado		7.086,78	485.968,46
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado		(87.923,66)	(132.303,01)
Superavit (Deficit) Liquido do Periodo Ajustado		5.240.956,58	5.606.778,91
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulantes:			
Duplicatas a Receber	3.c	(539.818,77)	(124.056,21)
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	(12.042,30)	146.227,04
Estoques	3.e	(32.379,80)	(1.706.849,09)
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	838.641,47	10.207.346,02
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante		254.400,60	8.522.667,76
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulantes:			
Parcelamento de Débitos PPI - ISS / ICMS	3.km	18.353,52	8.023,72
Pagamento de Débitos PPI - ISS / ICMS	3.km	(1.155.397,56)	(1.145.067,76)
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.km	(98.401,29)	(571.674,12)
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.km	(31.358,59)	(7.242,25)
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.km	27.047,03	28.949,82
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.km	123.264,65	144.951,25
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.klm	(1.158.202,38	(7.438.683,03)
Total do Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante:		301.229,89	(8.980.742,37)
1 - Caixa Liquido das Atividade Operacionais		**5.796.587,07**	**5.148.704,30**
Atividades de Investimentos			
Entradas			240.187,18
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado		230.590,84	1.094.066,30
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.g	624.192,55	
Saidas			
Aquisição de Investimentos Permanentes	3.h	(19.286,52)	364.665,75
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	3.i	(7.759.333,50)	(3.486.636,15)
Depositos Judiciais Efetuados	3.g	(1.660.770,97)	(1.689.976,84)
2 - Caixa Liquido da Atividade de Investimentos		**(8.584.607,60)**	**(3.477.693,76)**
Atividade de Financiamento			
Entradas			
Emprestimos e Financiamentos Obtidos	3.lm	5.309.956,40	–
Saidas			
Pagamentos de Emprestimos e Financiamentos	3.km	(1.832.433,77)	(90.958,99)
3 - Caixa Liquido da Atividade de Financiamento		**(3.477.522,63)**	**(90.958,99)**
CAIXA GERADO NO PERÍODO		**689.502,10**	**1.580.051,55**
4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente		26.351.976,65	24.771.925,10
5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE		27.041.478,75	26.351.976,65

JUVANDIA MOREIRA LEITE – Presidenta
RITA DE CÁSSIA BERLOFA – Secretária de Finanças
MAURO ALVES SILVA – Contador - CRCSP 179520/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancaria. Tem como missão "visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras". O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária, das mensalidades dos associados, dos bens e direitos adquiridos, e das rendas produzidas pelos mesmos; das doações e dos legados, das multas e de outras rendas eventuais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislação especificas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias, e quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, alterada pela Lei 11.638/07 que altera renova e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Para melhor entendimento, apresentamos algumas informações adicionais e quadros suplementares.

3. Principais Práticas Contábeis

a) A apuração do resultado: as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. Os custos dos materiais diretos das prestações de serviços gráficos são apropriados de acordo com o consumo na produção do material gráfico. A política adotada continua sendo de estoque mínimo e suficiente para o consumo.

b) Aplicação Liquidez Imediata: são aplicações financeiras que sua maior parte estão nos Bancos: do Brasil, Bradesco e Santander, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. São representadas por depósitos em contas poupanças e aplicações com resgates automáticos.

Agente Fincanceiro	2012	2011
Banco do Brasil	2.708.674,83	11.859.578,60
Banco Bradesco S/A	7.434.043,19	9.740.822,93
Banco Santander	12.518.336,12	0,00
Outros	2.507.614,96	2.460.067,66
Total	25.168.669,10	24.060.469,19

c) Clientes: corresponde a duplicatas a receber e títulos renegociados, os quais são demonstrados pelo valor nominal e constitui as importâncias relativas à prestação de serviços gráficos e impressão de periódicos, com prazos de vencimento para janeiro a março de 2013. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R$ 583.077,36 em 2012, e (R$595.119,63 em 2011), é constituída com base em experiências passadas, sendo que a constituição deste exercício foi de R$286.880,53, julgado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos em 2013.

Clientes a Receber			
Saldos vincendos	Vencimentos		
em 31/12/2012	30 dias	60 dias	90 dias
3.985.877,20	380.097,16	1.195.763,16	398.587,72

d) Outros créditos: estão representados basicamente por aplicações em investimentos temporários, empréstimos a outras entidades de classes, atualizados pela correção monetária em 50% do CDI, aplicações financeiras vinculadas à garantia de créditos a terceiros e depósitos efetuados pelos escritórios jurídicos/parceiros em cumprimento de cláusula contratual, adiantamentos a funcionários, adiantamentos a terceiros, contribuições a receber, aluguéis a receber e adiantamentos a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração. Em 2012 as contas deste grupo se manteve no mesmo patamar de 2011, com exceção da conta de investimentos que sofreu um aumento considerável.

Outros Créditos	2012	2011
Fundos de Investimentos	6.292.167,28	2.673.385,47
Títulos a Receber	19.200.260,41	23.893.267,41
Bancos Contas Vinculadas	380.097,16	196.770,94
Créditos de Funcionários	249.060,28	297.989,23
Outros Adiantamentos, Alugueis a Receber	1.624.663,02	1.745.289,62
Totais	27.746.248,15	28.806.697,67

e) Estoques: corresponde à matéria prima do parque gráfico, composto por papel para impressão, tinta para impressão, chapas, reveladores, fixadores, material auxiliar de produção, e material para embalagem, os quais são avaliados com base no custo histórico de aquisição, esta prática foi adotada a partir do exercício de 2011.

Estoques	2012	2011
Papel para impressão	1.402.686,75	1.409.075,51
Tintas para impressão	222.820,98	174.422,22
Chapas, reveladores e fixadores	37.230,66	39.616,68
Material Auxiliar de Produção	57.250,36	46.423,94
Material de Embalagem	19.240,14	37.310,74
Totais	1.739.228,89	1.706.849,09

f) Despesas Antecipadas: correspondem a prêmios de seguros dos imóveis e veículos a apropriar, assinaturas de jornais e revistas a apropriar, vales: transporte, alimentação e refeição dos empregados a apropriar, todas as modalidades de despesas deste grupo são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) Realizável a longo prazo: corresponde a depósitos recursais de ações judiciais é apresentado pelo valor nominal, incluído, quando aplicável os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Realizável a Longo Prazo	2012	2011
Depósito Recursal	3.459.495,87	2.342.709,68
Ações de Bancários / Interditos	364.530,82	444.738,59
Total	3.824.026,69	2.787.448,27

h) Investimentos: corresponde a imóveis não destinados ao uso, quotas de capital da Bancredi, e outros investimentos em ações, são registrados ao custo de aquisição, atualizados ao valor de mercado quando aplicável. São compostos por imóveis destinados à renda, R$1.439.232,00, aplicação em ações do sistema financeiro, R$31.544,75, quotas de participação no capital da Editora Gráfica Atitude Ltda, R$5.000,00, e quotas de participação no capital da BANCREDI, R$314.724,57 em 2012, e (R$295.438,05 em 2011).

i) Imobilizado: os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os gastos com manutenção e reparo são registrados em contas de despesas quando incorridos.

Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original.

A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis - máquinas e equipamentos gráficos a taxa variável conforme vida útil do bem determinado pelo Laudo Técnico; os veículos a taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente.

Imobilizado	Depreciação do exercício	2012	2011
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.094.842,80	11.094.842,80
Máq. Equiptos. Gráficos	2.109.914,96	31.085.959,93	21.814.099,07
Veículos	200.084,81	985.513,80	976.885,62
Móveis e Utensílios	127.667,82	1.811.212,49	1.696.396,39
Equiptos. Comunicação, Segurança e Informática	200.882,40	2.375.796,68	2.109.189,13
Instalações	103.856,23	1.832.740,77	1.744.368,59
Bens em andamento	0,00	0,00	2.602.244,50
Depreciação Acumul. Máq. Eqptos, Veículos, Móveis e Instalações	0,00	(20.372.963,85)	(17.873.452,61)
Total	2.742.406,22	36.037.131,62	31.388.602,49

A direção adota como medida de redução de custos a substituição dos veículos, da frota do Sindicato, mais antigos por aquisições novas. Em 2012 adquiriu onze novos veículos, em substituição aos mais antigos da frota. Finalizou o processo de importação de uma máquina impressora rotativa Goss M-500 para o departamento gráfico.

j) Intangível: Consiste nos direitos de uso de sotware e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com nova classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07.

Intangível	2012	2011
Direito de Uso Software	740.606,39	524.112,20
Marcas e Patentes	39.422,07	37.272,07
Total	780.028,46	561.384,27

k) Passivo Circulante: corresponde a parcelamento de débitos fiscais composto pelo PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, referente a débitos com a Prefeitura do Município de São Paulo e com o Governo Estadual, fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais a recolher, impostos e taxas a recolher, contas a pagar e outras obrigações e férias e encargos a pagar, são demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses, e quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l) Passivo Não Circulante: corresponde a parcelamento de débitos fiscais composto pelo PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, referente a débitos de ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e de ICMS com o Governo do Estadual de São Paulo, cauções recebidas, administração de processos, provisão para contingências fiscais e judiciais, e contas a pagar e outras obrigações são demonstradas por valores nominais, exigíveis no exercício seguinte e quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

m) Endividamento: ppara entender o endividamento do Sindicato é necessário analisar as tabelas a seguir em conjunto, em 2012 o passivo do Sindicato está composto basicamente de compromissos assumido oriundos de suas operações cotidianas, de créditos a favor dos bancários conforme segue:

• Em 31/12/2012, a dívida total do Sindicato é de R$ 52,425 milhões (2011 - R$ 48,646 milhões) 100% em moeda nacional. Uma análise do perfil da dívida total do ano de 2012 em relação a 2011 mostra um acréscimo de 7,77%. As disponibilidades e aplicações também sofreram um acréscimo de 14,85%.

• A dívida de curto prazo representa 30,54% da dívida total, constituindo-se de fornecedores, obrigações fiscais, encargos sociais, parcelamento de débitos fiscais e outras contas a pagar que não merecem destaques (2011 – R$ 15,191 milhões, 31,23%), com prazos de pagamento até o final do período de 2013.

• A dívida de longo prazo é composta de Administração de Processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de longo prazo, refere-se a parcelamento de débitos fiscais - parcelamento de débito de ISS e ICMS, leasing de máquinas e equipamentos gráficos e provisões para cobrir as perdas com ações judiciais.

Endividamento				
Descrição	31/dez/2012		31/dez/2011	
R$ milhões	Moeda local	Total	Moeda Local	Total
Curto Prazo	16,010	16,010	15,191	15,191
Longo Prazo	36,415	36,415	33,455	33,455
Endividamento bruto	52,425	52,425	48,646	48,646
Caixa e Aplicação	33,334	33,334	29,025	29,025
Endividamento Líquido	19,091	19,091	19,621	19,621

Administração de Processo		
RTC	2012	2011
Saldo 31/12	28.897.356,62	27.319.537,47
Saldo inicial	27.319.537,47	38.979.054,52
Ingressos	38.683.997,69	36.038.900,76
Pagamentos	(37.106.178,54)	(47.698.417,81)
RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual		

Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar	2012	2011
Repasse de Contribuições e Rescisões	152.278,25	78.119,08
Créditos a Restituir e não Reclamados	290.644,69	290.590,89
Honorários, Ocupação,Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	2.656.229,13	3.173.023,31
Arrendamento Mercantil a Pagar	3.714.563,64	237.041,01
Parcelamento de Débitos	4.236.603,42	5.373.647,46
Fornecedores	1.836.504,31	1.738.103,02
Impostos e Taxas a Recolher	278.836,15	247.477,56
Encargos Sociais a Recolher	383.717,82	349.317,23
Férias e Encargos a Pagar	1.522.579,86	1.399.315,21
Cauções Recebidas (parcerização)	212.381,82	196.770,94
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais	8.243.143,77	8.243.143,77
Total	23.527.482,86	21.326.549,48

n) Patrimônio Líquido: é composto pelo patrimônio social R$7.054 milhões, reserva de reavaliação R$14.169 milhões em 2012 (R$14.451 milhões em 2011) que se realiza de acordo com a depreciação dos bens, e o saldo do superávit acumulado acrescido pelo superávit do exercício.

o) Ajuste de exercícios anteriores: no exercício de 2012 não houve lançamentos de ajuste de exercícios anteriores.

São Paulo, maio de 2013

JUVANDIA MOREIRA LEITE – Presidenta
RITA DE CÁSSIA BERLOFA – Secretária de Finanças
MAURO ALVES SILVA – Contador CRC 1SP 179520/O-3

O Relatório da Diretoria e as Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em uso da atribuição que lhe confere os artigos 47 e 48 do Estatuto da Entidade e de acordo com o art. 551, parágrafo 8º da CLT, analisou as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2012 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela secretaria de finanças é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade, assim DELIBERA:

1- Aprovar os balanços PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2012.

2- Submetê-los à aprovação da Assembléia Geral Ordinária, convocada para este fim em 28 de maio de 2013, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 81 do Estatuto da entidade.

São Paulo, 21 de maio de 2013

Antônio Inácio Pereira Junior
Clarice Torquato Gomes da Silva
Marcos Antônio do Amaral
Maria do Carmo Ferreira Lellis
Maria Helena Francisco